

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a segunda sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de abril do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e dez minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária -----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à sessão os membros Srs. Diogo Martins Cardoso, Ilídio Silva Ferreira e Mário Jorge Martinho Morgado e Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe.-----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:-----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

----- 1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- a) Correspondência recebida no período compreendido entre 28 de fevereiro e 28 de abril de 2017.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão.-----

----- b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal à Sessão do Órgão Deliberativo:-----

----- **Sr. Diogo Martins Cardoso**, por e-mail registado em 28 de abril de 2017, comunica que por motivos de ordem profissional não pôde comparecer à sessão hoje, dia 28 de abril e solicita a justificação da respetiva falta.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar o pedido e justificar a respetiva ausência. -----

----- 1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”: -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros, cujas declarações se transcrevem: -----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, começou por chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara para as obras de pavimentação e infraestruturação na estrada de ligação Touro/Cerdeira, que estão paradas há cerca de dois meses e que se encontra em deficientes condições de proteção para as pessoas que por ali circulam, e questionou o porquê do abandono daquelas obras.-----

----- No seguimento do já referido na última sessão da Assembleia Municipal, entende que aquelas obras não estão devidamente sinalizadas, pondo em risco a segurança de quem não conhece a região, tornando-se difícil a circulação pelas vias alternativas. -----

----- Referindo-se à ETAR de Póvoa, que se encontra desativada, pretende saber o motivo pela qual a mesma não está a tratar os esgotos da povoação e qual a perspetiva de a operacionalizar, promovendo a ligação elétrica e efetuando a sua correta

Ata N.º 02/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

manutenção; esta situação agravar-se-á face á aproximação da época estival, uma vez que está a poluir a linha de água para onde descarrega e emite mau odor nessa zona.

----- Alertou o Sr. Presidente para a má funcionalidade da rotunda junto à Igreja Matriz de Vila Nova de Paiva, referindo que tem ouvido críticas relativamente ao aspeto arquitetónico, ...aos materiais usados que não são congruentes nem adequados ao estilo da igreja e sua envolvente, havendo um desacerto que em seu entender deveria ser revisto. -----

----- Do ponto de vista prático, sabe-se que ali já aconteceram acidentes, pelo que sugere um novo estudo da sua conformação geométrica e arranjo estético, sugerindo o seu alongamento no sentido Vila Nova de Paiva - Alhais. -----

----- Manifestou preocupação relativamente á época estival que se aproxima, que se prevê com calor intenso e diminuta precipitação, dado que esses fatores climatéricos poderão levar á diminuição da capacidade produtiva das origens de água existentes para abastecimento das redes municipais, solicitando toda a atenção e a tomada das medidas necessárias para que seja garantido o abastecimento público com a quantidade e qualidade necessárias. -----

Além disso e relacionada também com as condições atmosféricas previstas, lembrou a necessidade de tomada de medidas a nível da protecção civil com vista ao controlo e combate aos incêndios florestais. -----

----- Por fim solicitou ao Sr. presidente que fizesse o ponto da situação das obras das ETAR que foram candidatas a financiamento e que já foram aprovadas, nomeadamente, a ETAR de Vila Nova de Paiva e p prazo previsto para a sua conclusão e operacionalização. -----

----- O Sr. Amândio Salvador, abordou a questão das obras da estrada de Touro/ Cerdeira, referiu que diariamente é questionado pelos populares pelo que pretende saber o porquê da interrupção dos trabalhos daquelas obras que estão a dificultar a circulação.

----- Referindo-se ao pessoal que está a prestar serviço na Câmara Municipal a recibos verdes, pretendeu saber para quando está prevista a integração desse pessoal no mapa de pessoal da Autarquia.-----

----- O Sr. Manuel Morais Ramos, depois de cumprimentar os presentes, proferiu a seguinte intervenção: -----

“ 1.º - Começava por informar o Sr. Presidente da Câmara que a ponte velha de Vila Cova à Coelheira foi há uns anos atrás alargada a faixa de rodagem, e utilizaram ferro e areia para levar a cabo aquelas obras. No entanto esta mistura de

cimento e areia está a cair aos pedaços, deixando assim o ferro à vista e pondo em perigo as pessoas que por vezes ali circulam.

2.º - O Governo fala em transferir competências e poderes para as autarquias. Falando o Ministério da Educação em diminuir o número de alunos por turma, e, conhecendo eu bem o Presidente Dr. José Morgado, a sua disponibilidade para ouvir as pessoas e olhando para a obra já realizada, tenho a esperança que Vila Cova à Coelheira, com estatuto de vila, não ficará com a sua escola primária de portas fechadas. No entanto queria acrescentar que, em democracia o silêncio não é obrigatório. Conheci a PIDE e a sua forma de interrogar, mas isso foi no passado, hoje vivemos em liberdade. Se todos ajudarmos os que nos governam e representam, poderão ainda fazer mais e melhor para bem das nossas populações”

----- O Sr. Fernando Costa Félix, depois de saudar o Sr. Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, membros da mesa, e todos os colegas, membros da Assembleia Municipal referiu o seguinte: -----

“1. Começo por dar os parabéns à Rádio Escuro pelos seus 31 anos existência; Depois quero também dar os parabéns a duas atividades recentemente desenvolvidas com sucesso neste Município e que tiveram uma elevada participação de pessoas vindas de outras terras. Assim dou, deste lugar e enquanto eleito local, os parabéns:

- à Casa de Povo pelo sucesso do Paiva Cup;
- e, com especial carinho, aos meus conterrâneos, aquela rapaziada da Associação “Os Queiriguenses”, pelo enorme sucesso e valorosa semente que lançaram à terra, com a realização do Trail da Queiriga. Lamentando apenas aqui junto do Sr. Presidente que a Câmara Municipal não tenha facultado, segundo me disseram, um arco insuflável com a identificação do Município para sinalizar a partida/meta.

Como esta duas atividades demonstram bem qual o caminho que devemos percorrer e que o mesmo se faz caminhando, como dizia o António Machado, deixo aqui os meus parabéns às duas instituições.

2. Outra iniciativa que demonstra bem qual o caminho a percorrer para rentabilizarmos as riquezas e potencialidades existentes e que nos podem diferenciar na região, conforme eu até já falei aqui em sessões anteriores, é o Centro da Memória Judaica de Vila Cova à Coelheira.

Relativamente a este Centro permitam que diga o seguinte:

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

- primeiro, gostei bastante da obra e começo também por manifestar aqui a minha pena por aquela casa não ter sido uma Sinagoga, o que certamente valorizaria mais o monumento.

-segundo, quero dizer que o texto do “Guião Expositivo” tem, aparentemente, um erro no primeiro parágrafo da página 19, visto que, onde diz discriminação com “e” penso que queriam dizer discriminação com “i”, ou seja, penso que o Rei D. Manuel I procurou assegurar a permanência dos cristãos-novos em Portugal, evitando a sua discriminação ou distinção negativa, e não a sua descriminalização de crimes. Falo neste pormenor, com vista à correção numa futura edição, porque ofereci exemplares do “Guião” a várias pessoas que têm interesses, conhecimentos e sobretudo capacidades financeiras para fazerem turismo cultural e, na minha opinião, estes erros “mancham”, “descredibilizam” um pouco o “produto” turístico oferecido.

Por último e atendendo ao conteúdo do Centro da Memória Judaica, nomeadamente as mensagens expostas no edifício, e até algumas ideias transmitidas na sua inauguração sobre os reduzidos registos da vida do judeus em Portugal, quero dizer que:

- o Camilo Castelo Branco escreveu um romance histórico com o título de “ O Judeu” que descreve de forma romaneada, mas cruciante, a vida dos judeus no período da Inquisição, podendo na minha opinião serem utilizadas algumas frases desse livro para enriquecer o conteúdo/mensagem do Centro;

- o nosso conterrâneo Mestre Aquilino Ribeiro, talvez na senda do Camilo Castelo Branco, cuja literatura “admirava”, escreveu ele próprio um livro sobre o assunto, menos conhecido que outros, há muito tempo esgotado e do qual felizmente tenho um exemplar, com o título de “Anastácio da Cunha – O Lente Penitenciado” (Vida e obra), o qual descreve a perseguição e a condenação absurdamente imposta pela Inquisição a um brilhante matemático português, de nome José Anastácio da Cunha. Assim deixo aqui a sugestão para, através de uma ponte cultural que julgo ser perfeitamente possível estabelecer, reforçarem/enriquecerem a mensagem do Centro de Memória Judaica com uma associação/aproveitamento da escrita e figura de Aquilino Ribeiro. O Mestre Aquilino merece e nós precisamos dele para atrair pessoas a estas terras.

3. Termino colocando ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes questões:

- quais os motivos da não candidatura de qualquer aldeia deste Município ao concurso das “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”? E se a candidatura e participação neste concurso não permitiria divulgar o Município numa outra frente?;

- qual o estado da anunciada candidatura ao eixo de “Renovação de Aldeias” para instalação no edifício da Escola Primária da Queiriga de um “Centro de Documentação e de Exposição Permanente sobre a Diáspora”;

- perante a anunciada renovação/substituição de algumas ETAR’s do Município questiono se está previsto algum trabalho de renovação da ETAR da Queiriga até porque, ainda no ano passado aquando de um período de bastante chuva, o esgoto terá saído diretamente para o ribeiro.”

----- O Sr. José Manuel Rodrigues fez a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este ponto gostaria de ver esclarecidas duas ou três questões, embora algumas já tenham sido elencadas pelos anteriores deputados, mas basicamente queria questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente, às questões levantadas na Assembleia Municipal, vocacionada para jovens e realizada no dia 25 de abril, nomeadamente sobre as ETAR’s, o projeto de requalificação do Largo da Feira, e a casa das caldeirinhas. Relativamente a estas três obras de substancial investimento gostaria de saber qual o ponto de situação, quer em termos financeiros, quer em termos de execução e eventualmente início das obras.

Quero também referir o “Arbustus do Demo”, que é um património de interesse geral e natural que o município tem de preservar e até divulgar de uma forma muito extensa. Nesse sentido gostaria de saber qual a estratégia prevista relativamente à dinamização do espaço, quer a nível turístico, quer eventualmente na sustentabilidade financeira do equipamento/espaço. Deixo aqui uma recomendação, isto já foi abordado publicamente relativamente à divulgação deste espaço por outras vias que não o Site da Câmara Municipal, no qual existem vários textos aparentemente atualizados, mas seria importante refletir essa informação por exemplo no Facebook que é uma plataforma de dinamização mais eficiente e até mais utilizada por todos nos dias de hoje.

Relativamente à Associação de Assembleias Municipais, gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia fizesse o ponto da situação, isto porque na última Assembleia Intermunicipal houve alguma discussão, a título de conversa sobre esta Associação. Nesse sentido gostaria de saber se já existe, se está em fase de constituição e se a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva aderiu ou não”.

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, esclareceu de imediato a última questão colocada pelo Sr. José Rodrigues, tendo referido que, a adesão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva àquela Associação de Assembleias Municipais, foi aqui aprovada por este órgão e que aquela Associação até já teve a sua primeira sessão de fundação, realizada na

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

cidade do Porto, na qual não pôde participar por questões de ordem profissional. A atividade daquela Associação tem sido ainda muito incipiente porque ainda está no início.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra, e antes de responder/esclarecer as questões que lhe foram colocadas, saudou todos os presentes, e parabenizou a Rádio Escuro pelo seu trigésimo primeiro aniversário que será celebrado amanhã no Parque Botânico Arbutus do Demo. Referiu que é com agrado que aqui vê a Rádio Escuro a difundir em direto as sessões da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida prestou os esclarecimentos às questões levantadas pelos Srs. Membros que intervieram e acima transcritas, começando por referir a obra da estrada de ligação Touro/Cerdeira com a construção de uma rotunda no cruzamento de Touro/S. João de Tarouca, que está a ser centro de preocupação sua e de todos Tourenses, informou que enviou carta registada à empresa adjudicatária comunicando a intenção de aplicação de multas contratuais. Constatando que os trabalhos não foram retomados foi transmitido à empresa que se até ao dia um de maio os trabalhos não forem retomados, será rescindido o contrato. Face a esta última comunicação a empresa já veio comunicar que irá retomar os trabalhos para concluir e reparar tudo de acordo com o caderno de encargos da obra.

----- Quanto à rotunda de Vila Nova de Paiva, está prevista uma pequena intervenção para colocação de novas colunas de eletricidade até ao Bairro Mártir S. Sebastião e nessa altura serão feitas as alterações necessárias, tendo em conta os aspetos referidos pelo Membro Sr. José Manuel Correia Alves.-----

----- Relativamente à área da proteção civil, informou que está agendada uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil na qual irá ser apresentado e aprovado o Plano Municipal de defesa da Floresta Contra Incêndios e na qual também será apresentado o Plano Distrital .-----

----- Quanto ao abastecimento de água, o Sr. Presidente referiu que é prioritário o fornecimento de água devidamente tratada às populações, e que o Serviços Municipais estão alertados para a possibilidade da falta de água, exigindo-se assim um maior controlo deste recurso. Nesse sentido aproveitou o facto de a reunião estar a ser transmitida em direto via rádio, para sensibilizar a população do concelho para a necessidade de poupança deste recurso natural. Pedindo que não reguem culturas, nem encham piscinas com água da rede de abastecimento público. -----

----- Referindo-se às ETAR's mais uma vez informou que a rede de esgotos do Concelho estava absolutamente degradada, e que a Câmara Municipal apresentou quatro candidaturas para construção de estações de tratamento de águas residuais. A

empreitada da ETAR de Vila Nova de Paiva já está a ser executada esperando-se para breve a sua conclusão. Quanto às restantes, as candidaturas já foram aprovadas estando a ser elaborados os respetivos projetos para abertura do concurso público para execução das ETAR's de Pendilhe, Vila Cova à Coelheira e Touro, nessa altura será feita a ligação dos esgotos da Póvoa e da Cerdeira à estação de tratamento do Touro. Com a construção destas infraestruturas serão resolvidos todos os problemas das linhas de água do Concelho. -----

----- Quanto à questão do pessoal a prestar serviço a recibos verdes o Sr. Presidente disse que se aguarda para breve publicação de legislação sobre a matéria que possa vir a resolver o problema dos precários da administração pública e outros.-----

----- Quanto à questão da ponte de Vila Cova à Coelheira, O Sr. Presidente agradeceu o alerta feito pelo Sr. Manuel Ramos, e informou que irá mandar os Serviços Técnicos efetuar uma vistoria tendo vista a avançar com o repetivo arranjo.-----

----- Relativamente à delegação de competências da Administração Central nas autarquias, nomeadamente no âmbito da Educação, o Sr. Presidente informou que o Governo está a negociar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para que não haja surpresas para as autarquias. O Fecho da escolas preocupa-o mas acredita que Vila Cova à Coelheira enquanto vila não irá perder a escola, no entanto isso só se consegue se houver alunos.-----

----- Quanto à intervenção do Sr. Fernando Félix, o Sr. Presidente referiu que as duas iniciativas foram de relevante interesse municipal, os seus organizadores estão de parabéns. As duas organizações fizeram reuniões preparatórias com a Câmara, não só tiveram apoio financeiro, como todo o apoio logístico solicitado. Referiu ainda que existem as melhores relações institucionais com os organizadores das duas atividades Feira do Fumeiro do Touro e Trail da Queiriga. Lamentou o facto de as mesmas se terem realizado no mesmo dia, mas compreende a impossibilidade de mudança até porque o Trail já estava divulgado quando se verificou a coincidência da data. O Sr. Presidente referiu que aquela coincidência não o impediu de estar presente na hora do arranque da prova e que não viu lá o Sr. Fernando Félix.-----

----- Relativamente à renovação de aldeias, o Sr. Presidente informou que foi atempadamente apresentada a uma medida PRODER, para requalificação do edifício da escola primária da Queiriga. Será recuperado não só o edifício mas também todo o seu exterior, para posteriormente ser carregado com conteúdos ligados nomeadamente, à memória da emigração e da atividade mineira desenvolvida em tempos naquela freguesia.-----

Ata N.º 02/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Quanto às obras referidas pelo Sr. José Rodrigues, o Sr. Presidente informou que há fundos garantidos para as ações de regeneração urbana, mas apenas para as sedes de Concelho. O Financiamento para Vila Nova de Paiva é de setecentos e cinquenta mil euros. Será intervencionada toda a área compreendida entre a rotunda junto à Igreja até à rotunda das Fontes, incluindo o Largo do Ramalhal, Largo da Feira e Casa das Caldeirinhas, cujos projetos já estão a ser elaborados.-----

----- Relativamente ao Arbutus do Demo, o Sr. Presidente aproveitou para informar que amanhã será realizada naquele espaço a celebração do trigésimo aniversário da rádio escuro, aproveitar-se-á esta oportunidade para mostrar aquele brilhante espaço à comunicação social nacional. Disse também que é urgente arranjar uma estratégia de sustentabilidade daquele Parque Botânico, e que nesse sentido a Câmara está a preparar uma candidatura no âmbito dos chamados Serviços Integrados de Turismo, junto da CIM. Informou ainda que este tipo de projetos só são elegíveis na “Rede Natura”, como tal a Câmara pretende criar percursos pedestres entre Alhais, Vila Nova de Paiva, Fráguas e o Arbutus, com centro de Trail na Casa dos Cantoneiros, com valências na área do desporto na natureza. Mais informou que a Câmara está a tentar fazer uma parceria com a QUERCUS, para que Vila Nova de Paiva possa ser um centro de produção de plantas/árvores autóctones para reflorestação das áreas nacionais ardidas. -----

----- O Sr. Fernando Félix depois das explicações/ respostas do Sr. Presidente disse o seguinte:-----

“Relativamente ao Trail da Queiriga o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que se “coçou na cadeira” quando eu falei nele, perguntando eu agora se “sentiu comichão”? Se este assunto lhe causa comichão?

No que diz respeito à data da sua realização eu não sei qual das duas iniciativas (o Trail da Queiriga e a Feira do Fumeiro) foi agendada primeiro, mas também não discuto isso porque para mim as atividades não são incompatíveis e, se aproveitarmos as sinergias, ambas se podem valorizar/complementar com uma realização simultânea, visto que as pessoas podem vir fazer o Trail à Queiriga, como alguns amigos meus fizeram, e depois passarem pela Feira do Fumeiro no Touro.

Relativamente ao facto de me não ter visto no Trail da Queiriga permita Sr. Presidente que diga o seguinte: eu não estive no momento da partida quando o Sr. Presidente lá esteve. Depois de os organizadores solicitarem a minha humilde colaboração no registo fotográfico da prova, eu divulguei a prova junto dos meus amigos e no dia da sua realização estive no local da partida antes do seu início, e assim antes do Sr. Presidente lá chegar, tendo ido depois para dois locais do

percurso, previamente determinados pelos organizadores, tirar fotografias aos participantes. Assim digo que se o Sr. Presidente viu algumas fotografias do evento apercebeu-se certamente da envolvimento alcançada com o mesmo, por isso os meus parabéns aos organizadores, sendo certo que, mesmo sendo provavelmente algumas dessas fotografias da minha autoria, o Sr. Presidente não me poderia ter visto por eu ter estado por trás da máquina fotográfica. Por último, reitero que na minha opinião, como na dos organizadores, teria ficado melhor no lugar do insuflável que sinalizou a partida/meta, com publicidade de uma empresa de automóveis, um insuflável a identificar o Município de Vila Nova de Paiva.”

----- ORDEM DO DIA -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2017**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 27 de fevereiro do ano de dois mil e dezassete. -----

----- O Sr. José Manuel Rodrigues não participou na discussão e votação da ata dado não ter estado presente daquela reunião.-----

----- **b) 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do ano de 2017** – Proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 13 de abril de 2017 – Apreciação e aprovação. -----

----- O Sr. Presidente justificou a necessidade desta Revisão, que se prende essencialmente com a execução da obra de Requalificação da Rua Padre António da Fonseca, em Vila Cova à Coelheira.-----

----- Não tendo havido intervenções para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão às GOP e Orçamento para o ano de 2017. -----

----- **c) Delegação de competências na Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira para execução da obra de “ Requalificação da Rua Padre António da Fonseca”** – Proposta aprovada pela Câmara Municipal na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 07 de abril de 2017 – Autorização da Delegação de competências e aprovação da minuta do contrato interadministrativo, aprovado pela Câmara Municipal em reunião extraordinária do dia 13 de abril de 2017.-----

----- Foi presente à reunião a minuta do contrato interadministrativo que a seguir se transcreve, no seu teor integral: -----

“CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

Delegação de competências municipais para execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”

*Aos ***** do mês de ***** do ano de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços Município de Vila Nova de Paiva, entre:*

- *PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA, pessoa coletiva de direito público registada sob número 506 809 323,*
e

- *SEGUNDO OUTORGANTE: FREGUESIA DE VILA COVA À COELHEIRA, pessoa coletiva de direito público registada sob o número 506 824 292,*

E considerando que:

a) O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

b) A Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira tem interesse em colaborar com a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tendo em vista a adequada execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”, criando as melhores condições de circulação para pessoas e viaturas;

c) As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito da execução de obras da competência dos municípios;

É celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências municipais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º, conjugado com o artigo 131.º, do regime jurídico da transferência de competências aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto estabelecer a delegação de competências da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva na Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira, em matéria de execução da obra de “Requalificação da Rua Padre António Fonseca”, que

passam a ser exercidas cabendo a esta responder, no plano técnico e político, pela realização da obra.

Cláusula 2.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar são:

- a) O respetivo clausulado;*
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.*

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a) O Código dos Contratos Públicos;*
- b) O Código do Procedimento Administrativo.*

Cláusula 3.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências coincide com a duração da execução da obra, previsto para 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 13.ª e 14.ª.

Cláusula 4.ª

Aprovação

*Os termos do presente contrato administrativo, em conformidade com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram aprovados, em definitivo, pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva na sua sessão ordinária que teve lugar no dia *** de ***** de 2017, sob proposta da Câmara Municipal tomada na sua reunião ordinária realizada no dia ** de ***** de 2017, e pela Assembleia de Freguesia de Vila Cova à Coelheira na sessão ordinária que teve lugar no dia ** de ***** de 2017, sob proposta da Junta de Freguesia tomada na sua reunião ordinária que teve lugar no dia *** de ***** de 2017.*

Cláusula 5.ª

Recursos financeiros e modo de afetação

1. Os recursos financeiros destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante mensalmente, até ao montante de € 16.960,00 (dezasseis mil, novecentos e sessenta euros), previsto nas grandes opções do plano e orçamento do município em vigor.

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

2. A transferência da verba será efetuada no prazo de 10 (dias) de calendário, mediante apresentação pelo Segundo Outorgante de cópia dos respetivos autos de medição da obra e cópias das correspondentes faturas.

Cláusula 6.ª

Recursos patrimoniais e modo de afetação

Os recursos patrimoniais destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, nas seguintes condições:

a) Apoio técnico à Segunda Outorgante, nomeadamente no âmbito da elaboração do projeto de execução da obra e no desenvolvimento do procedimento pré-contratual de formação do contrato;

b) Fornecimento em tempo útil dos meios necessários complementares, desde que solicitados previamente pela Segunda Outorgante e considerados justificados pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 7.ª

Recursos Humanos e Modo de afetação

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante, desde que solicitados previamente pela Segunda Outorgante e considerados justificados pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 8.ª

Obrigações adicionais do Segundo Outorgante

1. Durante o período de vigência do presente contrato o Segundo Outorgante compromete-se a constituir arquivo autónomo, disponível para consulta, contendo a documentação relevante do processo de execução da obra, nomeadamente cópia dos documentos de suporte das despesas realizadas.

2. O Segundo Outorgante compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste contrato e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão patrimonial e financeira, tendo em consideração a legislação atualmente em vigor.

Cláusula 9.ª

Ocorrências e emergências

O Segundo Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 10.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou pedindo informações que considere necessárias.

2. As determinações da Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento deste contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 11.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 12.ª

Suspensão do contrato

A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula 13.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 14.ª

Revogação

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Compromisso da despesa

*O encargo decorrente do presente contrato está previsto no código *****, ação ***, das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, estando cabimentado para o exercício de 2017 na rubrica orçamental abaixo indicada, e comprometido nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA), conforme Ficha de Compromisso da Divisão de Administração e Finanças com o número sequencial de Compromisso n.º *****/2017:*

----- Classificação Orgânica – 01.02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais;

----- Classificação económica – 08.05.01.02 – Transferências de capital/Administração Local/Continente/Freguesias.

O presente contrato, lavrado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada outorgante, ambos valendo como originais, está escrito em cinco folhas de uma face, rubricadas pelos outorgantes, exceto a última que vai assinada pelos mesmos.” -----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação. -----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a delegação de competências municipais na Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira para execução da obra de requalificação da Rua Padre António da Fonseca e aprovar a minuta do contrato interadministrativo acima transcrito. -----*

*----- **d) Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2016, bem como do Mapa Síntese dos Bens Inventariados, aprovados pela Câmara Municipal na reunião extraordinária de 13 de abril de 2017 –** Conhecimento da Certificação Legal de Contas (CLC) e o Parecer sobre as Contas de 2016, datados de 18 de abril de 2017, do Auditor Externo sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. -----*

----- Foram presentes à sessão o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2016, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados

(modelo F4), oportunamente entregues aos membros da Assembleia Municipal, aprovados pela Câmara Municipal, na sua reunião extraordinária que teve lugar no passado dia 13 de abril de 2017. -----

----- Em relação à Execução Orçamental do exercício de 2016, constata-se no Mapa de Fluxos de Caixa anexo à Prestação de Contas que o montante total das Receitas Orçamentais, incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 426.969,18 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove euros e dezoito cêntimos), foi de € 6.561.840,46 (seis milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta euros e quarenta e seis euros), sendo o montante das Despesas Orçamentais realizadas no montante de € 5.755.520,16 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte euros e dezasseis cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 806.320,30 (oitocentos e seis mil, trezentos e vinte euros e trinta cêntimos). -----

----- No que diz respeito às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos (recebimentos), incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 266.516,66 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos), se cifrou no montante de € 662.065,89 (seiscentos e sessenta e dois mil, sessenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos), constatando-se uma saída de fundos (pagamentos) no valor de € 374.918,22 (trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezoito euros e vinte e dois cêntimos)), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 287.147,67 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos).-----

----- Conclui o Relatório de Gestão que: -----

----- a) O Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI); -----

----- b) A dívida total do Município, reportada a 31 de dezembro de 2016, apurada nos termos definidos no n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI, ascendeu a € 4.352.660,75 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta euros e setenta e cinco cêntimos). -----

----- c) A dívida total, excluídos os empréstimos, ascende a € 728.105,84, significativamente inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 3.997.013,21), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI; -----

Ata N.º 02/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- d) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (€ 5.329.350,95), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI; -----

----- e) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, limite esse apurado no montante de € 7.994.026,43 (sete milhões, novecentos e noventa e quatro mil, vinte e seis euros e quarenta e três cêntimos). -----

----- Na Demonstração de Resultados constante da Prestação de Contas, consta um resultado líquido do exercício de € 653.324,73 (seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte e quatro euros e setenta e três cêntimos). -----

----- Mais aprovou a Câmara Municipal, na sua reunião extraordinária de 13 de setembro de 2017, que aqueles resultados líquidos, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, fossem levados à conta 59 – Resultados Transitados, constituindo-se um reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de € 32.666,24 (trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não sendo necessário o reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Foi também presente à sessão a Certificação Legal de Contas (CLC) e o Parecer do Auditor Externo das Contas do Município de 2016, datados de 18 de abril de 2017, sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, com sede em Bragança, sociedade revisora oficial de contas (SROC) registada sob o número 92. -----

----- Na CLC aquela SROC conclui que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, e emitindo uma opinião com reserva, com base no facto de na nota 8.2.3 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, o Município divulga, que, relativamente ao imobilizado, ainda não lhe foi possível avaliar e registar todos os bens, pelo que existem imobilizados que pela sua natureza atingirão valor materialmente relevante, os quais se encontram por valorizar e reconhecer no balanço. -----

----- No seu Parecer aquela SROC conclui que a Assembleia Municipal está em condições de apreciar e votar o Relatório de Gestão, a aplicação de resultados ali incluída e a prestação de contas do Município. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez uma apreciação pormenorizada dos documentos de gestão em epígrafe, nos quais se constata que as regras de equilíbrio orçamental

foram rigorosamente cumpridas, verificando-se um super avit de cerca de seiscentos mil euros.-----

----- Abertas as inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os membros a seguir indicados.-----

----- O Sr. José Manuel Rodrigues, proferiu o seguinte: -----

“Estamos a aproximar-nos do fim do mandato deste Órgão, eleito em 2013.

O Mandato do Executivo, órgão que tem a responsabilidade a execução das políticas, apresentadas a escrutínio eleitoral e consequentemente vertidas nos vários orçamentos e Relatórios de Gestão, também está a terminar.

É a última análise do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, que esta Assembleia fará neste mandato.

Este Órgão, não tem qualquer responsabilidade na execução dos Orçamentos apresentados, mas assumiu/assume, a responsabilidade de salvaguardar e contribuir para os interesses municipais e promover o bem-estar de toda a população, com diversas iniciativas. Com o dever de acompanhar e fiscalizar toda a atividade do Executivo, com eficácia e sentido de responsabilidade, na defesa dos referidos interesses dos cidadãos, e não de qualquer outros que se possam sobrepor.

Considero que de uma forma geral esses compromissos foram atingidos.

No que concerne ao acompanhamento e fiscalização das atividades do executivo camarário, existem vários momentos ao longo do ano para o fazer. Mas dois são os mais importantes: O primeiro é a apreciação e votação do Orçamento e o segundo a apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas. É neste enquadramento, nomeadamente no segundo ponto, que vou dar o meu contributo, esperando que outros o façam, eventualmente com visões diferenciadas, para que a votação final seja suportada nas análises expostas na presente sessão.

Se é possível e até recomendável, existirem diferentes análises, é!... Todos concordamos. Mas independentemente das análises que possam ser efetuadas, considero que não poderá existir conclusões diferenciadas, quanto ao resultado global atingido. E o que se pode concluir é que este Executivo é de “Boas Contas”.

Se não vejamos:

Ao Longo dos mandatos de 2009-2016, as contas apresentadas, pelo Executivo na Assembleia Municipal evidenciaram uma melhoria substancial, nas rubricas mais importantes, quer a nível financeiro quer a nível da exploração/atividade e que importam na viabilidade futura do município, agora mais sustentada numa posição global mais equilibrada.

Ata N.º	02/2017
Livro N.º	Folha N.º
6	

Para aferirmos do que acabei de referir, exponho a análise de algumas rubricas estruturantes e esclarecedoras:

- – *Dívida do Município:*

1.1 – Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazos

2016 – 3.624.554 €

2015 – 4.210.732 €

2009 – 5.528.581 €

2009/2016 – Verificou-se diminuição de 2.304.027 €

2015/2016 – Neste período verificou-se uma redução de 590.000 €

Saliento que esta análise temporal tem o enquadramento da minha presença nos dois mandatos eleito na Assembleia Municipal.

Não obstante, também incide sobre a gestão do atual executivo e o fim da gestão do anterior em 2009.

E o que se constata?

- *Uma redução de 2.304.027 € nos últimos mandatos;*
- *Uma redução de 590.000 no último ano em análise;*

1.2 – Empréstimos/Dívidas de Curto Prazo – (com Operações de Tesouraria)

2016 – 919.449 €

2015 – 479.621 €

2009 – 2.616.574 €

2009/2016 – Verificou-se diminuição 1.697.195 €

2015/2016 – Redução de 169.808 € neste período.

Se considerarmos o endividamento de longo prazo mais o de curto prazo incluídas as operações de tesouraria, constatamos que no período de 2009/2016 houve uma redução de cerca de 4.000.000 € na dívida do Município: de 8.545.155 € em 2009 para 4.544.003 € em 2016.

Diria que, se a dívida pública portuguesa (Divida Global do Estado), sofresse este trajeto, Portugal estava, com certeza em condições substancialmente mais favoráveis, mais competitivas para assunção de novos desafios, principalmente diminuir a carga fiscal sobre os agentes económicos, para contribuir definitivamente para o crescimento económico que todos almejamos, incluindo o Sr. Presidente da República, que referiu recentemente ser a sua maior preocupação.

E todos sabemos que a redução do endividamento é essencial para as Contas públicas.

Se as contas públicas do país assim o exigem, as contas dos municípios não são diferentes.

A redução do endividamento é fundamental para o equilíbrio financeiro e uma tesouraria liberta de encargos financeiros excessivos.

O Município de Vila Nova de Paiva fez o que lhe competia nesta área. Reduziu cerca de 4.000.000 € à dívida desde 2009 (50% das dívidas do Município) e com tendência de diminuição verificada também em 2016.

E para não ser muito exaustivo na análise das várias rúbricas e áreas apresentadas, refiro os dois temas seguintes, sempre abordados nas minhas intervenções.

1.º Taxas de Execução:

No Plano Plurianual de Investimento temos:

	<u>2009</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
<i>PPI</i>	30%	89,05%	74,74%
<i>GOP</i>	40%	89,19%	84,76%

Constatamos uma evolução significativa ao longo dos dois últimos mandatos. A comparação evidencia a elevada aproximação das taxas de execução ao previsto em Orçamento 74% e 85% em 2016. São níveis muito aceitáveis e comparam com os melhores resultados em autarquias.

2.º Receitas/Despesas:

Despesas correntes

2009 - 4.604.838 €

2015 - 4.153.713 €

2016 – 4.335.600 €

Redução ao longo do período 2009/2016 e crescimento no último ano.

Receitas correntes

2009 - 4.175.445 €

2015 - 5.469.221 €

2016 – 5.503.363 €

Podemos aferir um desequilíbrio no ano de 2009 (referente a receitas correntes). As despesas foram maiores que as receitas, havendo um défice de 429.000 €.

Em 2016 as despesas foram de 4.335.600 € e as receitas foram de 5.503.363 €, verificando-se um superavit de 1.167.726 €.

Já em 2015 existiu um superavit de 1.315.507 €. A tesouraria com excedentes no ano de 1.000.000 €.

Ata N.º 02/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

Face ao exposto, podemos aferir das evoluções muito positivas nas rubricas, que pela sua importância, revelam uma evolução muito favorável na situação económico financeira do Município, quer no último ano, face a 2015, quer desde 2009.

Assim, o município apresenta-se com condições financeiras adequadas para assumir os desafios que se lhe colocam, nomeadamente na execução dos projetos de investimento, já aprovados e elencados.

O querer fazer, o ter iniciativa para apresentar projetos de investimento para o município, não é condição única e suficiente para os concretizar.

É condição adicional e principal evidenciar condições financeiras que suportem a execução. E isso está salvaguardado...”

----- O Sr. Fernando Félix, na sua intervenção fez a seguinte apreciação dos documentos de gestão em análise: -----

“Relativamente ao relatório de gestão começo por perguntar como está o processo de “arrolamento, inventariação, classificação e valorização dos bens do domínio público e privado” já referido em anteriores pareceres do Auditor Externo e foi agora fundamento para a opinião com reserva expressa na Certificação Legal das Contas de 2016, uma vez que “ainda não lhe foi possível avaliar e registar todos os bens, pelo que existem imobilizados que pela sua natureza atingirão valor materialmente relevante, os quais se encontram por valorizar e reconhecer no balanço.

A seguir, e depois da análise financeira que já foi feita, quero deixar aqui duas ou três questões, que julgo pertinentes numa reflexão que julgo ser urgente fazer sobre se o Município está melhor depois destes anos todos, se a vida das pessoas está melhor depois da evolução económica e social das últimas décadas. É certo que as circunstâncias se alteraram bastante, e é sempre “complicado” compararmos números, embora seja sempre possível fazer essa comparação de números, mas teremos que ter também presente outros fatores/circunstâncias. Isto não retira nada, não estou a querer retirar o mérito de um ato de gestão, não estou a identificar nenhum, estou a falar em termos abstratos, porque a eficiência tem sempre o mesmo significado e o mesmo conteúdo, quer numa circunstância quer noutra. É essa uma das questões que eu deixo e em que temos de refletir, até dado que, como já aqui foi referido, estamos em fim de mandato. Assim julgo necessário refletir se a vida das pessoas está melhor? Se criamos emprego? Se facilitamos a vida às pessoas?

----- *E, concluindo mesmo, deixo estas questões porque o que me chega, do que eu sinto nas pessoas, a resposta é negativa. Para muitas pessoas deste Município a*

resposta é ainda negativa e por isso as pessoas são ainda obrigadas a sair para outras terras e penso que temos de fazer essa reflexão até para prosseguirmos os nossos objetivos, cumprirmos o nosso desígnio de facilitar a vida às pessoas.” -----

----- O Sr. Presidente da Câmara com base nos documentos de gestão esclareceu algumas duvidas suscitadas.-----

----- Não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação os documentos de gestão em apreço.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (CLC) e do Parecer do Auditor Externo às Contas do Município de 2016, e respetivas conclusões, e apreciados os documentos de prestação de contas, a Assembleia Municipal, ao abrigo e nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria absoluta, com abstenção dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Clara Alves, Paula Sá e Rosa Santos, votar favoravelmente o Relatório de Gestão, a aplicação de resultados ali incluída, e a Prestação de Contas do Município relativos ao exercício de 2016, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados. -----

----- Mais deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade, recomendar à Câmara Municipal que, de acordo com a opinião formulada pela SROC na Certificação Legal de Contas, sejam desencadeados os necessários procedimentos operacionais e administrativos para a completa avaliação e registo de todo os bens do imobilizado que integram o domínio privado municipal. -----

----- **e) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de março e abril de 2017, nos termos do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 01 de fevereiro de 27 de abril de 2017; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de janeiro a 31 de março, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimento da lista de processos judiciais em curso.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar. -----

Ata N.º 02/2017	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o Sr. José Manuel Correia Alves que vai verificar a situação para posterior esclarecimento. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve público presente na reunião.

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram dezasseis horas e trinta minutos. -----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----